DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 7811/2022

PROCESSO TC/MS	: TC/7572/2020
PROTOCOLO	: 2045603
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL
JURISDICIONADO	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
INTERESSADO	: SELMO GABRIEL
TIPO DE PROCESSO	: RESERVA REMUNERADA
RELATOR	: Cons. RONALDO CHADID

ATO DE PESSOAL. REFIXAÇÃO DE PROVENTOS. RETORNO PARA A RESERVA REMUNERADA. A PEDIDO. PROVENTOS PROPORCIONAIS E PARIDADE. REGULARIDADE.REGISTRO.

Tratam os autos do processo de **Refixação de proventos** *a pedido***,** em razão do retorno para a Reserva Remunerada, concedida pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul ao servidor **SELMO GABRIEL**, Cabo Policial Militar, matrícula 3868024.

A Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal, após analisar os documentos encaminhados, manifestou-se pelo registro da presente Transferência para a Reserva Remunerada, diante da regularidade documental, nos termos da **ANA – DFAPP – 7032/2022, fls. 162 - 163.**

Instado a manifestação, o representante do Ministério Público de Contas, por meio do PAR – **2ª PRC – 10538/2022,** fl. 164, acompanhou o entendimento da equipe técnica, opinando também pelo registro do ato de pessoal em análise.

É o relatório. Passo as razões da decisão.

Preliminarmente, nos termos do artigo 34 da Lei Complementar

Estadual nº 160/2012[1], cabe à esta Corte de Contas, apreciar a legalidade do registro de pessoal, aposentadoria, dentre outros, praticados pelos Poderes, Órgãos Constitucionais autônomos e pela Administração direta e indireta do Estado de Mato Grosso do Sul e seus Municípios.

Cumpre ainda ressaltar que, o exercício do Juízo Singular a mim atribuído, encontra-se fundamentado no art. 11, inciso I do Regimento Interno desta Corte de Contas, aprovado pela Resolução TCE/MS nº 98/2018.

Pois bem, compulsando os autos, vejo que constam o rol de documentos preconizados no item 2.3.1.2, item "B" do Manual de Peças Obrigatórias, aprovado pela resolução TCE/MS nº 88/2018.

A remessa ocorreu dentro do prazo estabelecido que é de até 35 (trinta e cinco) dias úteis da publicação do ato da reforma. No presente caso, a publicação ocorreu em 25.06.2020, e a remessa se deu em 07.07.2020, tempestivo, portanto.

Consta às fls. 7-8, a **CTC (**certidão do tempo de contribuição) assim demonstrada:

- ✓ 8.840 (oito mil oitocentos e quarenta) dias;
- ✓ 24 (vinte e quatro) anos, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias;

Acerca dos proventos a receber na inatividade, foram recalculados e fixados proporcionais, calculados com base no subsídio de Cabo PM, em concordância aos fundamentos legais e constitucionais.

Assim sendo, considerando que o servidor preencheu todos os

[1] Art. 34. O Tribunal de Contas apreciará a legalidade dos atos de pessoal praticados pelos Poderes, Órgãos constitucionais autônomos e pela administração direta e indireta do Estado e dos Municípios, compreendendo:
(...)
II - apreciação da legalidade dos atos de:
(...)
b) transferência para a reserva remunerada;

requisitos necessários; considerando que o amparo deste retorno para a Reserva Remunerada encontra fundamentação no art. 7º, art. 86, inciso I, art. 89, inciso I, art. 90, inciso II e art. 54, todos da Lei Complementar nº 53 de 1990, com redação dada pela Lei Complementar nº 113/2005 e Lei Complementar nº 127/2008, combinado com art. 24-A, inciso I, alínea "b", art. 24-E, art. 24-F, e art. 24-G, do Decreto Lei n. 667, de 2 de julho de 1969, incluídos pela Lei n. 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e art. 1º do Decreto Estadual n. 15.344, de 14 de janeiro de 2020, acolho o parecer Ministerial e **determino** o **REGISTRO** da Refixação de Proventos a pedido, em razão do retorno para a Reserva Remunerada, concedida com proventos proporcionais e paridade, ao servidor **SELMO GABRIEL**, Cabo Policial Militar, matrícula 3868021, símbolo 231/CB/5, código 40019, pertencente ao quadro da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, conforme Portaria "P" AGEPREV nº 0783/2020, de 24/06/2020 no Diário Oficial Eletrônico nº 10.204.

É a decisão.

Remetam-se os autos à Gerência de Controle Institucional para publicação e demais providências de praxe.

Campo Grande/MS, 13 de outubro de 2022.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

vjb